

O Direito de Ser Humano e Trabalhar

O fim da escravidão formal, o trabalho assalariado e a instituição de relações trabalhistas transformaram a força de trabalho em mercadoria. Entretanto, consideramos o trabalho como um direito inerente ao ser humano. Com este pensamento o FPO promoveu o debate: “O Direito de Ser Humano e Trabalhar” que contou com a presença do Prof. Carlos Eduardo Martins, sociólogo (UFRJ); da prostituta aposentada Gabriela Leite (fundadora da grife Daspu e da ONG Davida) e do Prof. José Roberto Novaes, economista (UFRJ).

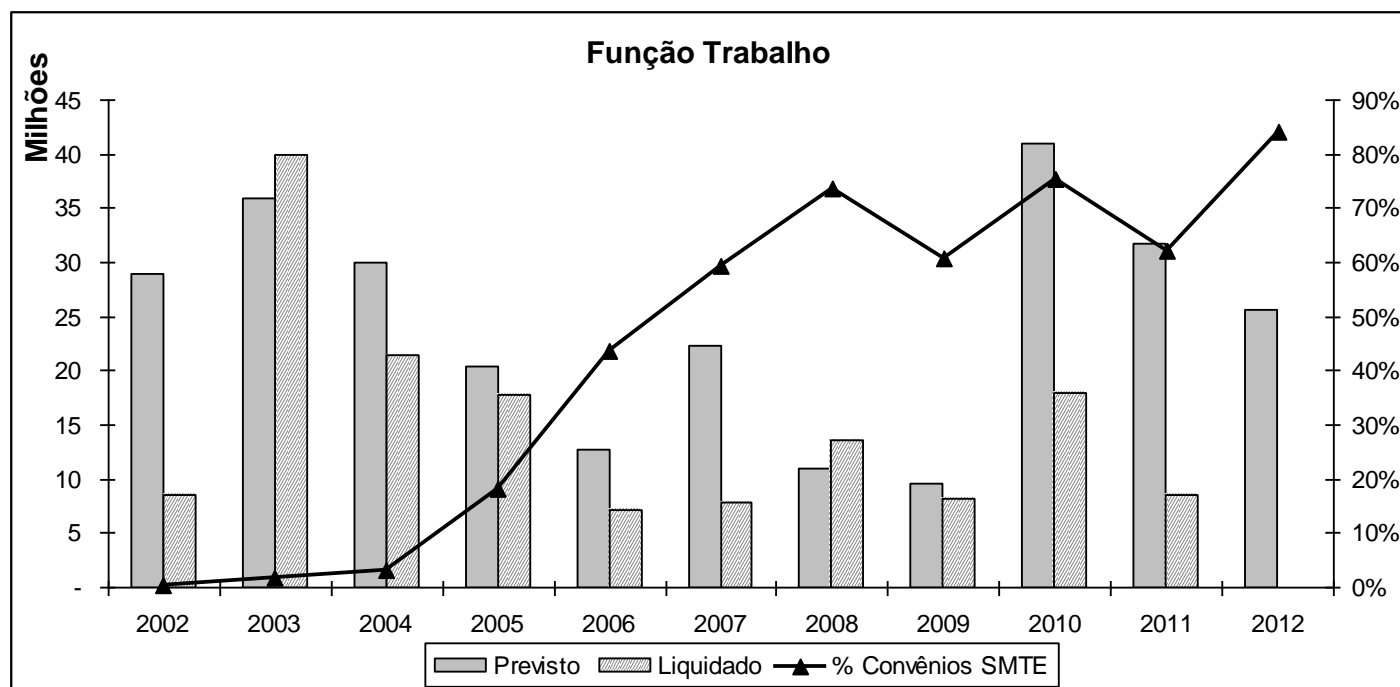
Serão divulgados neste artigo os apontamentos do debate bem como os dados orçamentários municipais e estaduais relativos à questão do trabalho.

MUNICÍPIO

Função Trabalho

Função é a classificação de uma área de atuação governamental, como por exemplo, saúde, educação etc. O Gráfico 1 apresenta os dados da execução orçamentária da Função Trabalho e a porcentagem do montante realizado advindo de convênios majoritariamente com o Ministério do Trabalho e Emprego.

Gráfico 1¹



Fonte: Prestação de Contas 2002-2010, FINCON (28/11/2011) e PLOA 2012.

Cabe destacar a variação entre os anos de 2002 e 2003, a elevação de quase R\$ 10 milhões para R\$ 40 milhões, ocasionada pela ação relativa à capacitação de profissionais vinculada ao programa Favela-Bairro. Já a variação 2009-2010 foi causada pela parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego através dos programas Projovem, Plansine e PlanteQ, que visam à qualificação e colocação da mão-de-obra no mercado de trabalho, dentro da ação Qualificação e Empregabilidade que será destacada a seguir.

Qualificação e Empregabilidade

A principal ação da Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego (SMTE), responsável pela maior parte do orçamento destinado à Função Trabalho, tem como foco as micro, pequenas e médias empresas, assim como a formalização de trabalhadores e empreendimentos.

A ação Qualificação e Empregabilidade é responsável pela execução de cursos de formação profissional, assim como pela emissão de carteiras de trabalho e a intermediação da mão de obra. A média das metas de atendimentos anuais é de 10,5 mil pessoas, cerca 0,3% da População Economicamente Ativa² (PEA) carioca.

Porém, ocorreu uma mudança de ênfase da ação, pois nos últimos anos o atendimento se concentrou nos jovens e nas áreas com Unidades de Polícia Pacificadora (UPP). Cabe salientar a relevância dessa priorização, pois segundo dados divulgados pela mídia³ há cerca de 3.600 jovens desempregados que antes trabalhavam para o tráfico.

Dentro desse contexto, destaca-se a ação ***Empresa Bacana***, iniciada em 2010 nas regiões das UPPs e cujo objetivo é o de qualificar profissionalmente os trabalhadores *informais* – ambulantes e pequenos empreendedores – através de cursos na área gerencial.

A Tabela 1 apresenta a execução orçamentária e a meta de pessoas atendidas.

¹ Todos os valores monetários apresentados nessa matéria foram corrigidos pelo IPCA de out/2011.

² A PEA é composta pelas pessoas de 10 a 65 anos de idade que estão ocupadas ou procuraram emprego na semana de referência da pesquisa.

Tabela 1

	Previsto	Liquidado	Meta Física
2010	769.161,94	436.864,07	1.800
2011	1.100.544,73	714.100,86	2.750
2012	1.000,00		2.750

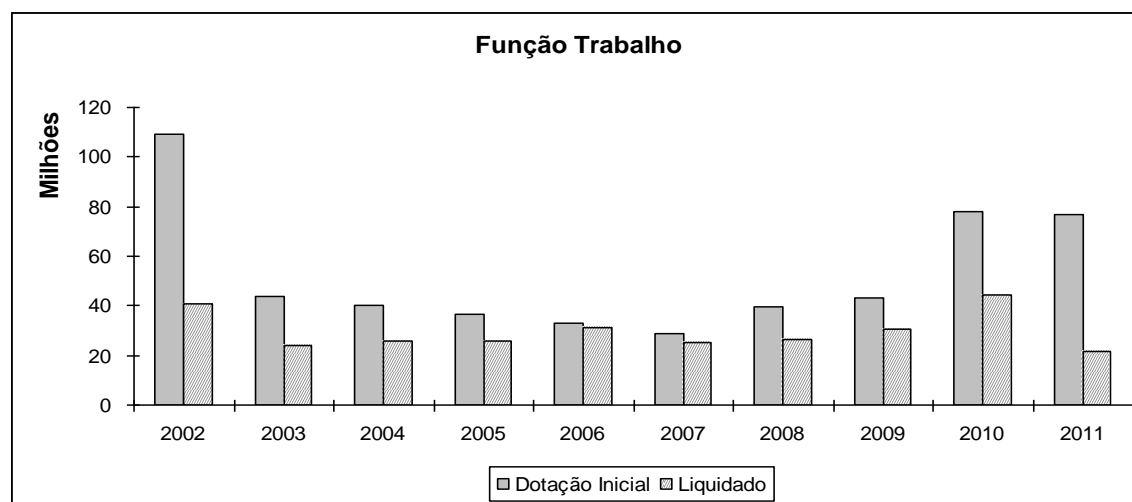
Fonte: Prestação de Contas 2010, FINCON em 28/11/2011, PLOA 2012 e PPA 2010-2013.

Ressalte-se a “janela orçamentária” para 2012 de apenas mil reais que gera uma incerteza quanto a sua continuidade, pois a realização dessa ação dependerá de fatores não consignados na proposta orçamentária.

ESTADO

Função Trabalho

Gráfico 2



Fonte: Sistema SIG em 28/11/2011.

Os dados orçamentários da Função Trabalho nos últimos 10 anos se mantiveram estáveis, variando entre 25 e 45 milhões de reais escudados por uma continuidade das ações.

A atuação estadual se concentra em: intermediação de mão de obra, qualificação profissional e seguro desemprego. A partir de 2009 o seguro desemprego deixa de ser executado, porém o reforço financeiro nas outras ações compensa e o patamar aplicado até aumenta. Entretanto, em 2011, até 28 de novembro, o volume efetivado é reduzido a um nível mais baixo que o de 2002.

DEBATE

³ Conforme divulgado em matéria de Rafael Galdo e Rogério Daflon (O GLOBO – 04/12/2011).

O professor Carlos Eduardo Martins ressaltou a importância da questão do trabalho e de sua precarização, principalmente após a ascensão neoliberal na década de 1980. Segundo ele, o Estado cumpriu um papel fundamental no processo de deslocamento da acumulação do setor real para a esfera financeira, o que teve gigantescos impactos no mundo do trabalho.

O aumento do pagamento da dívida pública no período faz com que seja a maior parcela do orçamento da União, ou seja, a prioridade governamental é a remuneração do capital não aplicado na produção. Em consequência, observaram-se (e ainda observa-se) quedas na taxa de investimento, bem como aumentos na taxa de desemprego.

Martins também enfatizou outra causa do desemprego: o nível de escolaridade da força de trabalho, que tem suas origens no abandono da educação pública e na ainda insuficiente oferta de vagas para o ensino superior do Brasil - um dos mais privatizados do mundo.

Já a fundadora do movimento de prostitutas, Gabriela Leite, abordou a luta pela formalização das relações trabalhistas de sua classe. A postura da sociedade é contraditória em relação a esta atividade, pois o ato de se prostituir não constitui um crime, contudo manter uma casa de prostituição sim. Tal contradição faz com que as prostitutas fiquem a mercê dos donos dos prostíbulo como a cobrança de “taxas” pela utilização do local.

Segundo Gabriela, num cenário em que a prostituição é tolerada pelo Estado e os prostíbulo proibidos propiciam o estabelecimento de relações ilícitas (e mafiosas) do tipo: pagamento de propina para policiais pelos donos das camufladas casas de prostituição. Dentro deste contexto, as prostitutas ficam desprotegidas, legalmente, em casos de abusos promovidos por seus “empregadores”, devido à cumplicidade do Estado (polícia).

A conjugação desse cenário contraditório e a ausência de legislação trabalhista concorrem para uma situação de dependência financeira, pois o pagamento coercitivo das “taxas” – sem controle – da casa onde trabalham as prostitutas nem sempre é cumprido. Com isso as dívidas aos donos das casas tendem a se acumular e, sem ter onde recorrer, culminar numa escravidão por dívida.

O terceiro expositor, Prof. José Roberto Novaes, discorreu sobre as condições de trabalho dos cortadores de cana. Seu raciocínio funda-se na precarização e intensificação

do trabalho num contexto de mecanização, expansão e novas formas de gestão e organização do trabalho na agroindústria canavieira.

O corte mecanizado reduz o corte manual, mas não o elimina. Pior, a mecanização serve de referência de produtividade. Por conseguinte, os trabalhadores (na maioria, jovens nordestinos) são impelidos a cortar acima de 10 toneladas de cana por dia. Como o ganho é por produção e o preço pago pela tonelada é baixo⁴ é necessário cortar muito além do mínimo para sobreviver. Com esta intensidade de trabalho o corpo jovem dos cortadores fraqueja, as dores aparecem, os riscos de acidente aumentam. Apesar de a legislação prever o uso de equipamentos de proteção, estes são inadequados, não facilitam os movimentos no ato do corte e não são repostos em tempo hábil pelas usinas. Portanto, a legislação trabalhista está desatualizada, não protege os trabalhadores e não evita as mortes nos canaviais por excesso de trabalho. Assim a tecnologia não liberta, mas escraviza o trabalhador.

Neste contexto, é preciso disciplinar o trabalho: as senzalas de ontem são os alojamentos das “modernas” usinas de hoje e as antigas algemas foram substituídas pelas novas técnicas motivacionais. Para tentar minimizar as contradições entre o capital e o trabalho, os “trabalhadores” tornam-se “colaboradores” e desta forma todos (do dono ao faxineiro) se irmanam em busca de um mesmo objetivo: o cumprimento da meta de produção estabelecido pela empresa.

Sendo “O Direito de Ser Humano e Trabalhar” o tema da nossa reflexão, cabe questionar:

- ✓ Como reverter esta realidade de precarização do trabalho num cenário de inovação tecnológica, de preços elevados das commodities no mercado internacional, de consolidação do etanol no mercado interno, de expansão e internacionalização da agroindústria da cana?
- ✓ Como assegurar a preservação ambiental, a saúde coletiva e do trabalhador, ou seja, a produção sustentável, neste processo expansionista da agroindústria canavieira?

Considerações Finais

⁴ Entorno de R\$ 4,50 a tonelada, dependendo do tipo da cana.

Os dados orçamentários demonstrados da política pública estadual e municipal sobre o *trabalho* nos revelam que são enfatizados cursos de capacitação, emissão de carteiras de trabalho e seguro desemprego. Também é notável que o tipo e volume de recursos das ações são condicionados pelos programas existentes a nível nacional. Duas constatações preocupantes: a quantidade de pessoas atingidas pela ação municipal gira em torno de 0,5% da PEA e o patamar do gasto estadual ficou estável durante os dez anos pesquisados.

Os debatedores apresentaram três graves problemas do mercado de trabalho. O primeiro diz respeito ao desemprego decorrente da política econômica adotada na década de 1990 e vigente de favorecimento ao capital financeiro em detrimento do capital produtivo, gerador de emprego. Os outros dois podem ser colocados de maneira conjunta, porém em lados opostos. A luta das prostitutas pela formalização de sua profissão é o caminho escolhido para reverter às circunstâncias de trabalho, frágeis e sujeitas às extorsões e chantagens. Ironicamente, os cortadores de cana tem uma atividade formalizada, mas com condições de trabalho tão precárias e propícias à escravidão.

Enfim, essas breves reflexões nos fazem questionar a eficácia tanto da legislação trabalhista, quanto das políticas públicas abordadas.

As matérias aqui publicadas são de responsabilidade do Fórum Popular do Orçamento do Rio de Janeiro através da equipe de apoio do Corecon-RJ e de colaboradores.

Nesta edição colaboraram: Prof. Carlos Eduardo Martins, sociólogo (UFRJ); prostituta aposentada Gabriela Leite (Davida); Prof. José Roberto Novaes, economista (UFRJ) e Est. Thiago Barbosa.

FORUM POPULAR DO ORÇAMENTO – RJ
Coordenação: Cons. Renato Elman, Cons. Eduardo Kaplan, Econ. Ruth Espínola Soriano de Mello e Econ. Luiz Mario Behnken.
Assistentes do FPO-RJ/Corecon-RJ: Est. Júlia Bustamante, Est. Pedro Aguiar e Est. Talita Araujo.
fporiodejaneiro@gmail.com
2103-0121 e 2103-0120

A versão completa dos dados e análises tanto produzida pela equipe FPO quanto pelo debate realizado sobre este tema está disponível em www.corecon-rj.org.br/fporj.asp

PRÓXIMO TEMA: **a arrecadação carioca**